



## **Novo Seguros S.A.**

CNPJ 50.182.327/0001-08

### **Demonstrações financeiras**

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

**Novo Seguros S.A.**

CNPJ 50.182.327/0001-08

Demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

**Índice**

Relatório da Administração .....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	5
Balanço patrimonial .....	9
Demonstração do resultado .....	10
Demonstração do resultado abrangente .....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto .....	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras .....	14

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – NOVOS SEGUROS S/A

### 1) Perfil corporativo da Companhia

A Novo Seguros S/A é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 15 de março de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 109, de 20 de outubro de 2023 pelo tempo determinado de 36 (trinta e seis) meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), de acordo com a Resolução CNSP nº 381 de 04 de março de 2020 e Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020, além de Edital Eletrônico SUSEP n. 1, de 2021. Ainda que a autorização tenha ocorrido ao final do ano de 2023, o início das operações apenas ocorreu em janeiro de 2024.

A Companhia tem sede na Rua Edgar Gonçalves, n. 458, Campo Grande, Cariacica/ES, CEP: 29.146-550. Conforme firmado de plano, a Novo Seguros S/A é uma sociedade que tem autorização para operar seguros de danos, nos termos da autorização SUSEP n.15414.649325/2021-33 e em consonância com a Carta Homologatória Eletrônica n. 06/2023/SUSEP. Ademais, tem como atividade econômica principal ser uma sociedade seguradora de seguros não vida, estando essa descrição estampada no espelho do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Compõem a Diretoria da Companhia: a) o Sr. Arthur Carlos Fraga Pessanha (Diretor Presidente e Diretor responsável pela participação no Sandbox Regulatório); b) Allan Amâncio dos Reis (Diretor Técnico e Financeiro) e c) Rodrigo Ferro Siqueira (Diretor de Tecnologia e Operações).

Ressalta-se que o artigo 21 da Resolução CNSP 381 de 2020, dispensa a obrigatoriedade de auditoria para as Seguradoras constituídas no âmbito do Sandbox Regulatório, entretanto, requer que apresente demonstrações financeiras em conformidade com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

### 2) Missão, visão e valores

A Novo Seguros S/A se enquadra como Insurtech, tendo os seguintes pilares: I) Missão: Ser a solução tecnológica inovadora e acessível de seguro para clientes que valorizam preço justo e atendimento de qualidade; II) Visão: ser referência nacional em inovação tecnológica em seguros em 3 (três) anos; III) Valores: Inovação, Ética e Pioneirismo



Pautada nesses três pilares, a seguradora, pretende através de um método diferente, modificar a metodologia utilizada, hoje, no mercado, para a movimentação do mercado de seguros em território nacional.

Diante disso, o presente relatório, ainda que sucinto, busca demonstrar a realidade da atuação da Seguradora durante o ano de 2023, a fim de cumprir com a legislação vigente e, ao mesmo tempo, dar publicidade aos órgãos reguladores, ao mercado e à sociedade, sobre o panorama e as reais intenções da Companhia, para os próximos anos.

### **Desempenho no período**

A Novo Seguros S.A., em seu primeiro ano como seguradora autorizada a operar pela Susep no ambiente regulatório experimental SandBox, focou a maior parte dos seus esforços em finalizar os procedimentos administrativos e, com isso, formatar a estrutura da companhia dar início às operações da Seguradora de maneira estratégica e com foco em seu crescimento com início no ano de 2024.

Assim sendo, no referido ano o movimento administrativo esteve focado na autorização da Seguradora. Isso já demonstra um grande avanço no mercado de seguros regional, considerando ser uma companhia 100% (cem por cento) capixaba e desvinculada da lógica de Instituições Bancárias que comercializam seguros.

Ato contínuo, o segundo movimento relevante, tem o escopo de demonstrar a integralização do Capital Social da Novo, também ratificado na mesma Portaria da SUSEP, no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezes mil reais).

Em sendo assim, os pontos relevantes que servem para o momento, a título de relatório administrativo apto à publicidade, seriam esses.

Vitória, 14 de março 2026

ALLAN AMANCIO DOS REIS:05564209770

Assinado de forma digital por  
ALLAN AMANCIO DOS  
REIS:05564209770  
Dados: 2026.03.14 08:52:07 -03'00'

Diretor Financeiro



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Novo Seguros S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Novo Seguros S.A. (Companhia ou Seguradora)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Novo Seguros S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor--Continuação**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta não estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação**

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Neste contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras;
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2026.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP-031.269/O-1



**Ricardo Afonso Parra**  
CRC 1SP-237.688/O-4



**Leonardo Boiani Antoniazzi**  
Contador CRC 1SP-255.559/O-5

**Novo Seguros S.A.**  
**Balancos patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2023**  
(Valores expressos em reais)

<b>Ativo</b>	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<b>Passivo</b>	<u>Nota</u>	<u>2023</u>
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.274.067	<b>Patrimônio líquido</b>	7a	1.300.000
			Capital social integralizado		(25.933)
			Prejuízo acumulado		----- 1.274.067 -----
<b>Total do ativo</b>		<u><u>1.274.067</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>1.274.067</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Novo Seguros S.A.

### Demonstração do resultado

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	15/03/2023 a 31/12/2023
<b>Detalhamento das contas de resultado</b>		
Despesas	8a	(25.933)
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>(25.933)</b>
(-) Imposto de renda	9	-
(-) Contribuição social	9	-
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(25.933)</b>
Quantidade de Ações		1.300.000
<b>(=) Prejuízo por ação - R\$</b>		<b>(0,02)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Novo Seguros S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em reais)

	<b>15/03/2023 a 31/12/2023</b>
<b>Prejuízo do período</b>	<b><u>(25.933)</u></b>
Outros resultados abrangentes	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>(25.933)</u></u></b>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

## Novo Seguros S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	<u>Notas</u>	<u>Capital Social</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Capital Social</u>	<u>Aumento de Capital Social em aprovação da SUSEP</u>		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		-	-	-	-
Constituição do capital - AGE ata de fundação de 15/03/2023	7.a	-	1.300.000	-	<b>1.300.000</b>
<b>Aumento capital em aprovação:</b>					
Portaria SUSEP N° 109		1.300.000	(1.300.000)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(25.933)	<b>(25.933)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.300.000</b>	-	<b>(25.933)</b>	<b>1.274.067</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Novo Seguros S.A.**

### **Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto** **Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023** (Valores expressos em reais)

	<b>15/03/2023 a 31/12/2023</b>
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(25.933)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>	
Aumento de capital	1.300.000
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>1.300.000</b>
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.274.067</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.274.067
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.274.067</b>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A **Novo Seguros S.A. (Companhia ou Seguradora)**, é uma sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 15 de março de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária e autorizada a operar pela Portaria DIR1/SUSEP Nº 109 DE 20.10.2023 pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), de acordo com a Resolução CNSP nº 381 de 04 de março de 2020 e Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020.

A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos, preponderantemente automóvel, em todo o território nacional, em conformidade com o Edital Eletrônico Susep nº 1 de 2021, e suas operações comerciais se iniciaram em 2024.

A Novo Seguros S.A. seguindo seu planejamento já submeteu a SUSEP pedido de conversão para Seguradora no segmento S4, em conformidade com as disposições da Resolução CNSP nº 388, de 08 de setembro de 2020.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 14 de março de 2026.

### **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

#### **a. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas que atuam no modelo regulatório experimental do Sandbox, nos termos da Resolução 381, de 04 de março de 2020, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida resolução e incluem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas.

#### **b. Base para mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020 e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídos a seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 18 – Provisões judiciais.

### **e. Continuidade**

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. A Companhia possui a licença para operar no Sandbox Regulatório da Susep até dezembro de 2026, no entanto, até outubro de 2026 a Companhia pretende solicitar autorização definitiva da SUSEP para operar como Seguradora na categoria de segmentação S4. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de sua continuidade operacional.

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis materiais**

As principais práticas contábeis materiais discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como 'caixa restrito', bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros.

#### **b. Ativos financeiros**

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Resolução CNSP n° 381, de 4 de março de 2020 estabelece que as sociedades seguradoras participantes do Sandbox Regulatório devem seguir os critérios para o registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas conforme disposto no Capítulo VI, Seção III, da Circular SUSEP n° 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, além daqueles dispostos na regulação vigente do Conselho Monetário Nacional que se aplica às sociedades seguradoras.

#### **Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

#### **Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

#### **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período.

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação**

#### **c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

##### **Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

##### **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

#### **d. Passivos financeiros**

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação**

#### **e. Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os títulos de renda fixa privados têm seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado.

#### **f. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa.

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis materiais--Continuação**

#### **g. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são desreconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social são controlados na escrituração fiscal.

#### **h. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os prêmios de seguros e os respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência dos riscos cobertos.

## Novo Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 50 – Contratos de Seguros	Emitido, mas não plenamente vigente para seguradoras	Regulamentação Pendente
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	Vigente a partir de 01/01/2027
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (Correlato ao IFRS 18)	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	Vigente a partir de 01/01/2027
CBPS nºs 01 e 02/ IFRS S1 e S2	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS.	Vigente a partir de 01/01/2026
Alterações do IFRS9 (CPC 48) e IFRS (CPC 40)	Reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge. Divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.	Vigente a partir de 01/01/2026
Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis.	01/01/2025
Lei Complementar nº 214/2025	Regulamenta a reforma tributária do consumo (IBS, CBS, IS)	Vigência pela em 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032

## Novo Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

### 5. Gerenciamento de riscos

A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

#### a. Risco de seguros

**Estratégia de subscrição:** A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano.

Os riscos da Companhia são pulverizados entre clientes com importâncias seguradas máximas pré-determinadas e baixo impacto de riscos individuais para o resultado da carteira.

A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais.

#### b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

			31/12/2023
Ativo	Rating AAA.br	Sem rating	Saldo Contábil
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.274.067	1.274.067
Exposição máxima ao risco de crédito	-	1.274.067	1.274.067

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **5. Gerenciamento de riscos--Continuação**

#### **c. Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento.

A Companhia adota as regras de investimento determinadas pela SUSEP e pelo Conselho Monetário Nacional para assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

#### **d. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia.

A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado.

A Companhia atua no mercado segurador, cuja principal função é a preservação do patrimônio de seus clientes e embora esteja sujeita ao risco de redução de volumes de subscrição relacionados ao poder de compra dos consumidores, o efeito observado tem sido o oposto: a estratégia de preços reduzidos da Companhia tem atraído consumidores que buscam redução de custos com os produtos de seguros e preservação de seu patrimônio.

#### **e. Risco operacional**

A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

#### **f. Risco de capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas.

A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP, vide Nota Explicativa 7.

## Novo Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### g. Risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	<u>31.12.2023</u>
Total	<u>1.274.067</u>
	<u>1.274.067</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

### 7. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social está registrado pelo montante de R\$ 1.300.000 totalmente subscrito e representado 1.300.000 (um milhão e trezentas mil ações nominativas), sem valor nominal.

#### Atos Societários

Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2023 a constituição do capital social inicial, pelo valor correspondente a R\$ 1.300.000.

#### b. Reserva de Lucros

Compõem as reservas de lucros:

- **Reserva Legal:** constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido anual, limitada a 20% do capital social conforme Lei 6.404/1976; e
- **Reserva Estatutária:** Dispõe o estatuto que o lucro remanescente será destinado a formação de reservas de lucros, cujo total não poderá exceder o capital social.

#### c. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido anual conforme previsto na Lei 6.404/1976.

## Novo Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Patrimônio líquido--Continuação

#### d. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital – Estrutura Simplificada

A Resolução CNSP nº 381, em vigor a partir 4 de março de 2020, regula o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR): Capital total que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A tabela a seguir apresenta os níveis de suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao CMR e de liquidez em relação ao CMR, segundo os normativos vigentes.

O quadro abaixo representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes:

	<u>2023</u>
Patrimônio Líquido	1.274.067
(=) Patrimônio Líquido ajustado (a)	1.274.067
Capital base (b) (*)	1.000.000
Capital de risco (c)	-
Capital mínimo requerido (d), maior valor entre b e c	1.000.000
Suficiência de capital (e = a – d)	274.067
% Suficiência de capital (e/d)	27%
Ativos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas (**)	1.274.067
Liquidez em relação ao CMR	274.67
Liquidez em relação ao CMR (% do CMR)	27%

(\*) De acordo com a Resolução nº 381 de 4 de março de 2020, a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório, deverá manter, a qualquer tempo, o saldo de R\$ 1.000 referente ao "Capital Base"; e

(\*\*) Ativos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, corresponde a somatória das aplicações e caixa e equivalentes de caixa.

### 8. Detalhamento das contas de resultado

#### a. Despesas

	<u>15/03/2023 a 31/12/2023</u>
Taxa de fiscalização – Susep	(25.933)
<b>Total</b>	<u>(25.933)</u>

### 9. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 25.933, portanto não houve base de cálculo para fins de imposto de renda e contribuição social.

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **10. Provisão para contingências**

A Companhia não possui, na data-base das demonstrações financeiras, processos judiciais ou administrativos classificados como de perda provável que demandem constituição de provisão, nos termos do CPC 25.

Adicionalmente, não existem processos relevantes classificados como de perda possível ou remota que requeiram divulgação específica.

### **11. Outros assuntos**

#### **Reforma Tributária – IBS e CBS (LC nº 214/2025 e EC nº 132/2023)**

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), instituídos pela Emenda Constitucional nº 132/2023, os quais substituirão, de forma gradual, tributos atualmente incidentes sobre o consumo, incluindo PIS, Cofins e ISS.

A Administração avaliou os potenciais efeitos da Reforma Tributária sobre as operações da Companhia, considerando que o setor de seguros está sujeito ao regime específico de tributação previsto na Lei Complementar nº 214/2025, aplicável às atividades de seguros, resseguros, previdência complementar e capitalização.

Contudo, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram publicados os atos normativos infralegais necessários para a aplicação operacional do novo sistema, incluindo, entre outros: definição das alíquotas aplicáveis ao setor, critérios de apuração das bases de cálculo, regras de creditamento, parâmetros de segregação de operações e diretrizes relativas à emissão e escrituração dos documentos fiscais eletrônicos e declarações próprias do regime específico.

Adicionalmente, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 01/2025, que dispõe sobre os documentos fiscais eletrônicos a serem recepcionados pelos regulamentos do IBS e da CBS no período inicial de implementação do novo modelo, incluindo a Declaração de Regimes Específicos (DeRE), a ser instituída como documento fiscal eletrônico para registro das operações sujeitas ao regime específico. O referido ato estabelece, ainda, que, até a edição da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS e observado o prazo nele previsto, não haverá aplicação de penalidades pela ausência de registro dos campos do IBS e da CBS, sendo a apuração do ano de 2026 realizada em caráter meramente informativo, sem efeitos tributários. Não obstante esses avanços operacionais, permanecem pendentes definições normativas essenciais para a mensuração confiável dos impactos financeiros da Reforma Tributária.

## **Novo Seguros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período de 15 de março de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Outros assuntos**

#### **Reforma Tributária – IBS e CBS (LC nº 214/2025 e EC nº 132/2023)**

Diante da ausência de regulamentação complementar e da impossibilidade de estimar com confiabilidade os efeitos financeiros decorrentes da implementação do novo modelo tributário, a Administração concluiu que a Reforma Tributária caracteriza evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 24 – Eventos Subsequentes, razão pela qual não foram efetuados ajustes nos saldos contábeis encerrados em 31 de dezembro de 2023.

### **12. Eventos subsequentes**

#### **Atos Societários**

Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2024, aumento de capital que se encontra em aprovação na SUSEP. O valor corresponde a R\$ 4.200.000 (quatro milhões e duzentos mil reais), ao qual R\$ 2.100.000 (dois milhões e cem mil reais) foram integralizados durante o exercício de 2024 e R\$ 2.100.000 (dois milhões e cem mil reais) durante o exercício de 2025.

Em 03 de dezembro de 2025, foi deliberado, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital que se encontra em aprovação na SUSEP, corresponde a R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais), ao qual, foi totalmente integralizado no mesmo exercício.

Em 16 de janeiro de 2026, por meio de AGE, a Companhia realizou aumento de capital social no montante de 2.250.000 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais), passando dos atuais de R\$ 7.000.000 (sete milhões de reais), divididos em 7.000.000 (sete milhões) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, para R\$ 9.250.000 (nove milhões e duzentos e cinquenta mil reais), divididos em 9.250.000 (nove milhões duzentos e cinquenta mil) de ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas”.